

Descobrimdo “novos” caminhos: o historiador e a aborgadem da cultura política¹

Surama Conde Sá Pinto

Resumé

Dans une article que a été publié au début des années quatre-vingt-dix, Serge Berstein, Professeur d'histoire contemporaine du Institut d'études politiques de Paris a souligné être la culture politique une clé qu'introduit la diversité, du social, des rites, des symboles, là, où règne le parti, l'institution, l'immobile. Selon cet auteur, elle permet de sonder les reins et les coeurs des acteurs politiques, son étude est donc plus qu'enrichissante, est indispensable (BERSTEIN, 1992). Cet article met en relief les possibilités d'use et les risques que l'approche de la culture politique, présenté aujourd'hui comme une des propositions pour la renovación des études de histoire politique, peut offrir aux historiens especialistas des sociétés anciennes, modernes ou contemporaines.

1. Primeiras Questões

Nos últimos anos, no campo da produção acadêmica mundial, vem crescendo sensivelmente a publicação de análises no âmbito da cultura política. A aparição de resenhas que inventariam e avaliam esta produção (KRISCHKE, 1997; RENNÓ, 1998; KUSCHNIR, CARNEIRO, 1999) é o melhor exemplo dessa tendência. O aumento de interesse por este enfoque pode ser relacionado a um conjunto de fatores.

Um deles, sem dúvida, diz respeito às transformações históricas mais amplas processadas nas últimas décadas. Os colapsos de regimes comunistas e o florescimento de nacionalismos acabaram estimulando o debate sobre temas como legitimidade e identidade, fatores fortemente influenciados por aspectos culturais. Na mesma medida, o processo de redemocratização na América Latina com o fim dos regimes autoritários nos anos

1980 impulsionou sensivelmente o interesse de estudiosos de diferentes áreas pela investigação de valores e condutas consonantes com os fundamentos sociais e civis da democracia.²

Por outro lado, seria um equívoco considerar apenas estes fatores de natureza exógena como os únicos responsáveis pelo aumento do número de autores contemporâneos que hoje se dedicam a estudos de cultura política. A própria dinâmica interna da pesquisa no campo das Ciências Sociais em geral, onde desde os anos 1970 vêm ocorrendo deslocamentos fundamentais com o questionamento de modelos explicativos até então dominantes, também tem desempenhado um papel de destaque neste processo. Referimo-nos, particularmente, ao que alguns autores vêm denominando como *crise dos paradigmas estruturalistas*, ou seja, do marxismo, do funcionalismo e de uma vertente da Escola do Annales (LEVI, 1992: 134; CHARTIER, 1994: 100). Tal movimento, que tem sido traduzido na recusa a explicações determinísticas, metodologicamente quantitativistas e marcadas pela “presença” de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e no espaço, vem forçando as Ciências Humanas a rever não só suas ambições totalizadoras mas também suas explicações racionalistas/materialistas.

Mas o que se entende por Cultura Política? Quais as implicações teóricas deste conceito e quando ele surge como categoria analítica?

Na verdade, os conceitos e categorias da teoria da cultura política — como subculturas políticas, cultura política das elites, socialização política e mudança na cultura — não são uma inovação do século vinte, estão presentes de forma subentendida desde os primórdios da Ciência Política na obra de autores como Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e Tocquville, além, é claro, de Platão e Aristóteles (ALMOND, 1990: 139-140; SOARES, D’ARAÚJO e CASTRO, 1995: 19-22). Contudo, a principal corrente de estudo contemporânea responsável pela divulgação em larga escala do conceito localiza-se nos anos 1960, sendo conhecida como *Escola Desenvolvimentista*.

2. A Escola Desenvolvimentista

A *Escola Desenvolvimentista*, também denominada *corrente culturalista*, formada a princípio por cientistas políticos norte-americanos, entre os quais se destacam as figuras de Almond e Verba, autores de *The Civic Culture*,³ nasceu vinculada a uma preocupação específica: a de pen-

sar as condições de desenvolvimento dos sistemas políticos democráticos (ALMOND, VERBA, 1963). O principal objetivo destes estudiosos era o de discutir o papel da cultura política no funcionamento dos regimes democráticos. A gênese do conceito de cultura política não pode, nesse sentido, ser dissociada da idéia de um modelo de comportamento político próprio das democracias participativas.

O fato de esta corrente ter nascido apenas nos anos 1960 não é fortuito. O surgimento da *Escola Desenvolvimentista* está intimamente relacionado à desilusão com relação às expectativas iluministas e liberais e o avanço de técnicas de pesquisa e abordagens metodológicas observados no período.

No que diz respeito ao primeiro fator, os dois grandes conflitos que marcaram o nosso século (a Primeira e Segunda Guerras Mundiais) encarregaram-se de frustrar as expectativas relativas à inevitabilidade quanto ao sucesso da raça humana na solução pacífica de seus principais problemas. Igualmente importante, o desenvolvimento de métodos de amostragem, a sofisticação dos processos de entrevistas, a utilização de técnicas de escala e de pontuação e o uso apurado de análises e inferências estatísticas permitiram aos pesquisadores tratar questões de natureza complexa com maior objetividade.

Sem dúvida, uma das grandes inovações ensejada por este projeto foi a perspectiva de se trabalhar com as dimensões subjetivas da política, ou seja, valores e normas que regem o comportamento político de diferentes atores. A política para os *culturalistas* era concebida como uma esfera autônoma que por isso mesmo poderia ser percebida, analisada e avaliada pelos indivíduos de uma determinada sociedade num determinado período de tempo.

Almond e Verba importaram o conceito de cultura da Antropologia, no sentido assumidamente simplificado de orientação psicológica em relação aos fatos sociais. A cultura (tal como definida na noção de cultura política) parte desse princípio considerando a existência de padrões de comportamento relativamente estáveis e consistentes em uma determinada sociedade num determinado período de tempo.

Com base nestes pressupostos, os dois estudiosos definiram cultura política como “*a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população*” (ALMOND, VERBA, 1963:13).

De acordo com o modelo teórico destes autores, as culturas políticas são derivadas do cruzamento de duas dimensões básicas.

A primeira é o tipo de orientação com relação aos objetos políticos, podendo ser: *cognitiva* (se revela num conjunto de conhecimentos e crenças relativos ao sistema político), *afetiva* (se revela nos sentimentos nutridos em relação ao sistema, às suas estruturas) e *avaliativa* (combina informações, sentimentos e critérios de avaliação).

A outra dimensão básica é o tipo de objeto político ao qual se destinam essas orientações: o sistema político como uma totalidade, as estruturas de incorporação das demandas individuais e coletivas, as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar respostas às demandas individuais e coletivas e a percepção do sujeito como ator político.

A partir desse cruzamento foi criada uma tipologia segundo a qual as culturas políticas seriam do tipo: *paroquial*, *de sujeição* e *de participação* (BOBBIO, 1998: 306).

A cultura política *paroquial* seria aquela característica das sociedades simples, sem instituições estritamente políticas, sendo incompleta a diferenciação entre as estruturas religiosa e política, com baixos níveis de participação política. Já a de *sujeição* seria a observada em sociedades onde os indivíduos dirigem suas percepções, sentimentos e avaliações prioritariamente para as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar respostas às demandas individuais e coletivas. Finalmente, a cultura política de *participação* seria aquela que caracterizaria os sistemas nos quais as percepções, sentimentos e avaliações sobre o sistema político são equilibradamente distribuídos entre as estruturas de input e output.

3. As críticas a corrente culturalista

A recepção desse modelo teórico não foi das melhores. Na verdade, a *corrente culturalista* se desenvolveu comprimida entre duas tradições da Ciência Política: o *paradigma institucionalista* e o *paradigma socioeconômico*.

O *paradigma institucionalista*, dominante na Ciência Política contemporânea, reconhece a autonomia dos arranjos institucionais e constitucionais com relação às características culturais da sociedade. Ou seja, segundo este paradigma, uma vez estabelecidas as regras de competição — a moldura constitucional —, é possível não apenas prever satisfatória-

mente os padrões de interação entre os agentes racionais, mas também quais os resultados esperados dessas interações.

Por outro lado, o *paradigma socioeconômico*, como o próprio nome já indica, enfatiza a importância de fatores socioeconômicos na definição da *performance* das instituições democráticas e mesmo no estabelecimento da democracia como regime político.

Não é de se estranhar, nesse sentido, que a teoria da cultura política tenha sido duramente criticada por movimentos acadêmicos tanto da esquerda quanto da direita.

As correntes de pensamento de esquerda questionaram a *corrente culturalista* com base no argumento da preponderância dos aspectos materiais sobre as atitudes e valores. Já a crítica da direita teve como base o argumento da teoria da escolha racional, ou seja, baseou-se no pressuposto da existência de atores racionais e maximizadores de curto prazo. Para os críticos da esquerda e da direita o estudo da cultura política era, portanto, desnecessário e dispendioso, tendo em vista que as motivações para a ação política seriam sempre definidas pelo cálculo custo/benefício.

Estas não foram as únicas críticas endereçadas à *corrente culturalista*. Almond e Verba foram acusados de erigirem um modelo teórico que não estabelecia claramente as relações entre cultura política e estrutura política (ou seja, de não definirem de forma nítida, o papel da cultura política no processo político), de não explicarem quais as variáveis associadas à formação das culturas políticas mas apenas fazerem referência aos vetores pelos quais as culturas políticas se propagam (canais de socialização: família, escola, sistema universitário e mídia), de etnocentrismo, pois adotaram o modelo político norte-americano Democrático Liberal como parâmetro de comparação e de construir um modelo teórico com um baixo valor explicativo.

Em síntese, a teoria da cultura política foi acusada de abrir espaço para generalizações indiscriminadas, ser inviesada por preconceitos ocidentais de modernidade, ter um caráter essencialmente descritivo e, sobretudo, favorecer a posição dos países industrializados como os mais acessíveis à formação de uma cultura política cívica.

Todas essas críticas provocaram inicialmente um refluxo na produção de análises sobre cultura política bem como circunscreveram-nas ao campo da Ciência Política, deixando de lado o debate com a tradição antropológica que teve um papel fundamental para a conformação do seu conceito-chave, conforme foi sublinhado anteriormente.

4. A renovação teórica e metodológica

A geração posterior a Almond e Verba que se dedicou aos estudos sobre cultura política foi responsável por uma renovação teórica e metodológica importante (KUSCHNIR, CARNEIRO, 1999: 235).

O desenvolvimento teórico observado no trabalho de alguns autores (PUTNAN, 1997) significou, entre outras coisas, uma mudança de objeto político. Os novos estudos passaram a privilegiar as condições que afetam o desempenho das instituições públicas.

Por outro lado, o desenvolvimento metodológico ensejado nos últimos anos pode ser traduzido na proposta de utilização de múltiplos conjuntos de dados para se chegar aos vários fatores que afetam a *performance* do sistema democrático, e não mais o uso de estatísticas realizadas a partir de uma única fonte de informações.

Esta tendência está presente na literatura brasileira sobre cultura política, conforme se pode perceber a partir das análises de Wanderley Guilherme dos Santos. De acordo com este autor, a cultura cívica brasileira seria caracterizada por considerável rejeição às instituições do Estado, sobretudo àquelas cujo objetivo é a preservação da ordem (polícia) e a mediação de conflitos (Judiciário) (SANTOS, 1993: 108).

Da mesma forma, Bolívar Lamounier vem combinando pesquisas para analisar as mudanças de curto prazo das elites brasileiras nas atitudes frente ao sistema político ocorridas durante o processo de elaboração da atual Constituição (1991: 324). Já José Murilo de Carvalho tem discutido como diversos aspectos da cultura política brasileira, e das elites em particular, tiveram impacto significativo na formação das instituições políticas (1987, 1990, 1996).

A despeito dessa retomada dos estudos sobre cultura política, no Brasil, esta abordagem, com raras exceções, tem sido praticada basicamente por cientistas políticos.

Os antropólogos, embora nos anos 1990 tenham renovado o interesse pela política, conforme ilustra a grande produção nessa área,⁴ têm evitado o uso do conceito de cultura política. Em alguns casos usam-no de maneira frouxa, sem remeter à sua origem e conceituações fundamentais devido ao seu forte apelo normativo e etnocêntrico.

Os historiadores brasileiros também têm utilizado pouco essa abordagem, embora por outras razões. Conforme mostram estudos recentes sobre a produção acadêmica dos centros de pós-graduação nacional nas

duas últimas décadas, o número de trabalhos que podem ser localizados como sendo de história política é bastante expressivo (FICO, POLITO, 1996: 170; D'ALÉSIO, JANOTTI, 1996: 123). Na verdade, a história política não deixou de ser praticada entre nós, nem mesmo no período em que as críticas elaboradas por historiadores ligados ao movimento dos Annales à chamada *escola metódica* (que privilegiava a curta duração, enfatizando o evento político oficial, os heróis, as batalhas) provocaram um refluxo desta produção na França e suscitaram iniciativas de se buscar novas formas de se trabalhar com a esfera do político.⁵

Mas se por um lado a história política continuou sendo uma opção privilegiada entre os pesquisadores brasileiros, por outro, as novas propostas para a renovação dos estudos nesse campo, como é o caso da abordagem da cultura política, pouca repercussão tiveram entre nós, embora como foi apontado recentemente, tenha se verificado um declínio da dimensão factual e descritiva nesses trabalhos (D'ALÉSIO, JANOTTI, 1996: 126).

O fato de ter sido objeto de críticas e recentemente ter passado por um processo de revisão de suas categorias e conceitos não nos parece motivo para se descartar uma abordagem que se mostra fecunda na explicação dos fenômenos políticos, conforme sublinhou em inícios da década de 1990 Serge Berstein (BERSTEIN, 1992: 67-77) e comprovam alguns dos poucos trabalhos já produzidos por historiadores brasileiros (SILVA, 1988; FERREIRA, 1990; PINTO, 1998). Talvez também já tenha mais do que chegado a hora de os historiadores brasileiros que se dedicam a análises de natureza política tornarem-se mais sensíveis, sempre de um ponto de vista crítico, ao conjunto de propostas apresentadas nas últimas décadas para a renovação dos estudos desta natureza. O destaque aqui fica para o enfoque da cultura política.

A abordagem da cultura política é capaz de enriquecer o trabalho dos historiadores especialistas em sociedades antigas, modernas ou contemporâneas sobretudo porque foge a esquematismos reducionistas nos quais o político é pensado como uma instância reflexa de injunções econômicas (BERSTEIN, 1992: 67; FERREIRA, 1992).

Vem crescendo o número de autores que, nas últimas décadas, a despeito das diversas orientações teóricas seguidas, têm criticado a perspectiva segundo a qual a história política era percebida como *uma instância enclausurada no sótão de uma casa onde a única porta de entrada era o porão* (FERREIRA, 1992: 270). Pierre Rosanvallon vai mais longe neste

movimento. Segundo este historiador francês, o político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade. É o lugar onde se articula o social e a sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez (ROSANVALLON, 1986). Sem dúvida, com esta demarcação mais ampla do espaço do político, são abertas novas alternativas para o estudos dos fenômenos políticos.

Outra vantagem oferecida pela abordagem da cultura política é a de que trata-se de um enfoque multidisciplinar que permite o estabelecimento de um diálogo com outras disciplinas como a Antropologia, sem envenenar para o determinismo cultural, já que um dos pressupostos básicos presentes nas análises dos historiadores que hoje se utilizam dessa abordagem é o relativo ao caráter dinâmico das culturas políticas.

Por outro lado, é preciso serem tomados certos cuidados na sua utilização. Um deles, sem dúvida, relaciona-se ao emprego do termo *cultura política*. É sempre oportuno lembrar os ensinamentos de Marc Bloch referentes à necessidade de definição dos conceitos utilizados pelos historiadores (BLOCH, 1987). O uso indiscriminado, vago ou frouxo tende a levar à imprecisão. O grande perigo aqui é se repetir o mesmo que ocorreu com o conceito de *mentalidades* que, conforme sublinharam Furet e Darnton, na falta de uma definição, seu uso acabou por estimular “*a busca infinita de novos temas*” cuja escolha era regida apenas pelos modismos do momento (HUNT, 1992: 12).

Outro cuidado que deve ser tomado é o que diz respeito às relações entre cultura política e cultura global de uma sociedade. Diferente do que fizeram os *desenvolvimentistas*, que acabaram por dissociá-las, separando-as artificialmente e conferindo autonomia à primeira, os historiadores devem estar atentos para o fato de que é no repertório da cultura global de uma determinada sociedade num determinado espaço de tempo que as culturas políticas buscam elementos para constituírem-se e atualizarem-se, assim como nas suas referências históricas — referências essas que são sempre objeto de releitura pelas culturas políticas.

Também parece fundamental se abandonar a hipótese de caráter quase teleológico dos *desenvolvimentistas*, segundo a qual todas as culturas políticas, a despeito de freios ligados à tradição, caminhariam sempre rumo a um sistema político democrático liberal. A história do século XX é talvez aqui o melhor argumento para descartá-la.

Da mesma forma, é preciso que o historiador, se por um lado percebe a cultura política como um fenômeno complexo, que recebe influência de

vários fatores no seu longo processo de gestação, por outro não perca de vista o seu caráter dinâmico. Uma cultura política não se nutre só de tradições e/ou de história. Para sobreviver, para garantir longevidade, ela precisa responder às diversas questões do presente, o que muitas vezes implica em estabelecer relações de contato com outras culturas políticas que coexistem na mesma sociedade num mesmo período. Daí a necessidade também de se falar de cultura política no plural, ou seja, de culturas políticas. Mas é importante destacar, conceber a existência de uma pluralidade de culturas políticas não exclui, de maneira alguma, a possibilidade de existência de uma cultura política dominante, partilhada pela maioria dos cidadãos de uma sociedade num determinado período de tempo.

Finalmente, a cultura política não deve ser pensada como um elemento capaz de conferir respostas a todas as questões. O que na verdade esta abordagem é capaz de fornecer são importantes instrumentais para a compreensão das motivações que conduzem o homem a adotar esse ou aquele comportamento político em determinados contextos.

Muitas dessas orientações têm sido seguidas, em alguns casos com maior êxito em outros nem tanto, por Maurice Agulhon e Serge Berstein, respectivamente. A despeito das temáticas de natureza variada tratadas nas obras destes historiadores franceses, seus estudos, que de forma alguma se prendem à tipologia erigida por Almond e Verba, têm demonstrado que a abordagem da cultura política abre ao historiador um campo de pesquisa quase inexplorado e suscetível de enriquecer singularmente a abordagem histórica dos fenômenos políticos, já que lança luz sobre os aspectos subjetivos da política, ou seja, valores, normas, tradições, ideais que regem os comportamentos políticos e se expressam através de um vocabulário próprio, símbolos e ritos (AGULHON, 1973 e 1979; BERSTEIN, 1992).

Por tudo o que foi dito, e com os devidos cuidados, talvez valesse à pena aos historiadores do político, especialistas brasileiros em história antiga, moderna ou contemporânea apostarem mais nesta abordagem.

Notas

¹ Este texto é uma versão da comunicação apresentada no *X Ciclo de Debates em História Antiga*, organizado pelo LHIA/IFCS/UFRJ e realizado entre 18 e 22 de setembro de 2000 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Estes fatores também foram apontados por José Murilo de Carvalho como responsáveis pelo crescente interesse em torno da problemática da cidadania neste fim de século (CARVALHO, 1996: 259).

³ *The Civic Culture* tornou-se um clássico, constituindo referência constante nas análises hoje produzidas no âmbito da cultura política.

⁴ Ver por exemplo a produção do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), fundado por pesquisadores de diversos estados e universidades brasileiras.

⁵ Para uma análise sobre as críticas que acabaram provocando a marginalização das história política na França, bem como as propostas apresentadas recentemente para a renovação dos estudos nessa área, ver a resenha de Mariceta de Moraes Ferreira (FERREIRA, 1992: 265-271).

Bibliografia

AGULHON, M. *1848 ou l'apprentissage da la République (1848-1852)*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

_____. *Marianne au Combat (l'imagerie et la Symbolique Républicaines de 1789 à 1880)*. Paris: Flammarion, 1979.

ALMOND, G. *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. New York: Sage, 1990.

_____, VERBA, S. *The Civic Culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

_____. *The Civic Culture Revised*. Boston: Little Brown and Company, 1980.

BERSTEIN, S. "L'historien et la Culture Politique". In: *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire*, n. 35: 67-77, juil/sept. 1992

_____. "La Culture Politique". In: RIOUX, J.-P., SIRINELLI, J.-F. *Pour une Histoire Culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997. pp. 371-386.

BLOCH, M. *Introdução à História*. 5. ed. Lisboa: Europa-América, 1987.

BOBBIO, N. *et alii. Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Ed.UnB, 1998.

CARVALHO, J. M. de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- _____. "Apresentação" e "Cidadania: Tipos e Percursos." In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 9(18): 259-261 e 337-359, 1996.
- CHARTIER, R. "A História Hoje: Dúvidas, Desafios e Propostas". In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 7, (13): 97-113, 1994.
- D'ALESSIO, M. M., JANOTI, M. de L. M. "A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)". In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (9)17: 123-160, 1996.
- FERREIRA, M. de M. "A Nova 'Velha História': o Retorno da História Política". In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, (5)10: 265-271, 1992.
- FERREIRA, J. L. "A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas." In: *Revista estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. (3)6: 180-195, 1990.
- HUNT, L. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KUSCHNIR, K., CARNEIRO, L. P. "As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política." In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, (13)24: 227-250, 1999.
- KRISCHKE, P. J. "Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização." In: *BIB*. Rio de Janeiro, (43): 103-126, 1ª sem. 1997.
- LAMOUNIER, B., SOUZA, A. "Democracia e Reforma Institucional no Brasil: uma Cultura Política em Mudança." In: *DADOS*. Rio de Janeiro, 34: 311-348, s/d.
- LEVI, G. "Sobre a Micro-história". In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1992. pp. 133-161.
- PINTO, S. C. S. *A Correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. (Coleção Monografias Premiadas.)
- POLITO, R., FICO, C. "Teses e Dissertações de História Defendidas em 1995". In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (9)17: 167-176, 1996.
- PUTMAN, R. *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- RENNÓ, L. "Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes." In: *BIB*. Rio de Janeiro, 45: 71-92, 1ª sem. 1990.

- ROSANVALLON, P. "Pour une Histoire Conceptuelle du Politique." In: *Revue de Syntèse*, IV(1-2): 93-104, jan.-juil. 1986.
- SANTOS, W. G.dos. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993
- SILVA, E. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, G., D'ARAÚJO, M. C., CASTRO, C. (org.). *A Volta aos Quartéis: A Memória Militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.